

**Lourival Gomes Machado e a ciência política uspiana: notas de pesquisa.**

Rafael Marino<sup>1</sup>

Trabalho preparado para apresentação no VIII Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP, de 9 a 11 de maio de 2018.

**São Paulo  
2018**

---

<sup>1</sup> Graduado em Ciências Sociais pela Universidade São Paulo (USP) e Mestrando em Ciência Política pela mesma universidade (PPGCP); membro dos grupos Pensamento e Política no Brasil e Sequências Brasileiras, ambos vinculados ao CENEDIC-USP. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: rafael.marino50@gmail.com.

**Resumo:** com estas notas de pesquisa pretendemos escandir algumas linhas da produção intelectual de Lourival Gomes Machado, as quais indicariam a feitura de uma ciência política distinta da proposta hegemônica estadunidense posterior (FORJAZ, 1997; KEINERT e SILVA, 2010). Isso com o fito de indicar possibilidades de trabalho intelectual e de modos de encarar a ciência em questão que talvez ainda sejam produtivos e passíveis de serem desenvolvidas em algum sentido. Além de ser um material importante para se identificar certos anacronismos e erros no modo como os atores atuais da Ciência política encaram o trabalho científico anterior a eles. Em um primeiro momento buscamos mostrar traços institucionais e intelectuais importantes para a formação de Machado; como segundo elemento faremos um exercício de leitura mais detido de uma obra do autor; em último lugar, faremos um breve balanço do que fora sedimentado.

## 1 - Anos de aprendizado crítico e a cadeira de ciência política<sup>2</sup>.

Lourival Gomes Machado, nascido em 1917 na cidade de Ribeirão Preto, transfere-se para São Paulo na década de 1930 a fim de tomar, como aluno, os bancos dos cursos de Ciências Sociais, da recém criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) e de Direito no tradicional Largo São Francisco. Forma-se em 1938 em ambos, aos 22 anos de idade. No ano seguinte passa a ser assistente do professor francês Paul Arbousse-Bastide – ou “Bastidão” como apelidaram os alunos da faculdade, entre o jocoso e o utilitário, visto que Bastide também era o sobrenome de Roger, também importado da França com o propósito de substituir o recém-saído Claude Lévi-Strauss – na cadeira de Sociologia; transferido para a cadeira de Política em 1941, leva Machado como seu assistente<sup>3</sup>. É também em 1941 que funda, juntamente com Antonio Candido e com o patrocínio de Alfredo Mesquita, a revista *Clima*, essencial a sua trajetória e as de outros intelectuais destacados das primeiras geração da Faculdade de Filosofia (PONTES, 1998).

No ano seguinte, aos 25 anos, defende a tese de doutorado na cadeira de política sob o título *Alguns aspectos atuais do problema do método, objeto e divisões da ciência política*, publicada em 1943 no boletim número um da cadeira de política, ao mesmo tempo boletim 31 da FFCL. Passa também a colaborar como crítico de arte na *Folha da Manhã*. No ano de 1946 passa a ser redator de política internacional d’*O Estado de São Paulo*, ocupando também a sessão de crítica também um ano depois. É preciso dizer que também no ano de 1946 Machado adere à Esquerda Democrática, da qual Paulo Emilio Salles Gomes participou como membro fundador e delegado da União Democrática Socialista (CANDIDO, 1986, p. 65-66). Em 1947 esta organização junta-se ao Partido Socialista Brasileira, tendo Machado um papel destacado neste, tanto em seu jornal, a *Folha Socialista*, quanto como responsável pela formulação teórica e de politização da agremiação. Acaba por afastar-se paulatinamente deste, juntamente com Antonio Candido, no ano de 1950, devido, em boa medida, às posições anódinas tomadas pelo partido nas eleições do mesmo ano e pelas exigências profissionais (HECKER, 1998, p. 142). Ainda em 47 pública, pelo Departamento de cultura de São Paulo, *Retrato da arte moderna no*

---

<sup>2</sup> Desde já gostaríamos de advertir leitoras e leitores de que o texto a seguir possui um caráter inicial e ainda está sendo formulado, demandando maior pesquisa e acabamento, entretanto acreditamos que com discussões e apresentações de diferentes versões podemos chegar a um resultado satisfatório. Como fica claro, determo-nos apenas num exercício de leitura da tese de doutorado de Lourival Gomes Machado, considerada pelo autor mesmo uma obra menor dentro de sua carreira (FERREIRA, 2002, p. 9-10), mas que, ao fim e ao cabo, pode nos oferecer elementos interessantes para pensarmos tanto a ciência política anterior ao período hegemonicamente neoinstitucionalista, quanto a própria produção de nosso autor.

<sup>3</sup> Informações retiradas principalmente de entrevistas dadas pelo próprio Arbousse-Bastide (1978), de depoimentos de alunos de Gomes Machado, ao modo de Oliveiros Ferreira (1994; 2002) e Célia Quirino (1994).

*Brasil*. Dois anos depois, defende a tese de livre-docência em ciência política intitulada *Tomás Antonio Gonzaga e o Direito Natural*, passa a dirigir o Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM/SP) até 1951, quando assume o cargo de diretor-artístico da 1ª Bienal Internacional de São Paulo. No ano de 1953 publica seu livro *Teorias do Barroco* – postumamente recolhido, juntamente com outros artigos no livro *Barroco*. Em 1954, contando com 37 anos, defende a tese, para ingresso na cátedra de Política, *Homem e Sociedade na teoria política de Jean-Jacques Rousseau*; passa também a ministrar aulas de história da arte e estética na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), instituição posteriormente dirigida por ele entre 1961 e 1962. No período de 1956 a 1962 fica responsável pela seção de Artes Plásticas no *Suplemento literário d’O Estado de S. Paulo*. Quatro anos depois é novamente nomeado diretor-artístico da 5ª Bienal Internacional de São Paulo e vai como comissário da delegação brasileira da 29ª Bienal de Veneza. Nos anos de 1960 e 1961, respectivamente, publica *Reconquista de Congonhas* e escreve o capítulo “Arquitetura e artes plásticas”, da *História Geral da Civilização Brasileira*, mais especificamente em seu Tomo 1, volume 2, cujo tema era o Brasil na época colonial, dirigida por Sérgio Buarque de Holanda; organiza a exposição Barroco no Brasil no Museu da Arte Brasileira da Fundação Armando Álvares Penteado (MAB-FAAP), além de transferir parte do acervo do MAM/SP para USP. Em 1962, passa a compor a delegação da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Morre, aos 49 anos de idade, em Milão, na Itália<sup>4</sup>.

Tendo em vista essa breve apresentação de sua vida e trabalho intelectual, olharemos mais de perto três aspectos que julgamos essenciais para o ensaio em questão, a saber: i) a FFCL, ii) a revista *Clima* e iii) a cadeira de política, como assistente e catedrático.

### **1.1 – Departamento francês de ultramar, FFCL.**

Com a feitura do decreto estadual nº 6.283, saído das mãos do então governador Armando de Salles Oliveira – assessorado por nomes como Almeida Júnior, Theodoro Augusto Ramos e Júlio de Mesquita – em 25 de janeiro de 1934, ganhou direito de cidade a chamada Universidade de São Paulo e com ela a sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras<sup>5</sup>. Sem uma sede, as primeiras aulas ocorreram nas dependências da Faculdade de Medicina, posteriormente os

---

<sup>4</sup> É preciso dizer que neste texto nos deteremos na obra de Lourival mais imediatamente ligada à cadeira de política da FFCL, de sorte que seus trabalhos sobre artes plásticas aqui ficarão de lado. Para mais sobre Lourival Gomes Machado como crítico de arte ver o importante doutorado de Ana Candida Franceschini de Avelar Fernandes (2012).

<sup>5</sup> Para mais sobre a história da Universidade de São Paulo e suas mudanças em direção a um modelo gerencial de trabalho acadêmico e intelectual, ver o detalhado estudo de Maria Caraméz Carlotto (2014).

cursos da chamada ciência pura foram para um edifício na Alameda Gleite, já as humanidades instalaram-se em parte da Escola Normal Caetano de Campos, na Praça da República. Apenas no governo Adhemar de Barros, mais especificamente no ano de 1949, é que o prédio da rua Maria Antonia fora adquirido de Sampaio Dória, onde anteriormente funcionava o Liceu Rio Branco (RODRIGUES DE MELLO, 1975). Escusado dizer que a França, neste período, exercia forte hegemonia cultural e científica sobre o mundo, não sendo diferente na América Latina (SCHWARTZMAN, 1979), tendo como suporte institucional o chamado *Groupement des Universités et Grandes Ecoles de France pour les relations avec l'Amérique Latine*, com o fito de promover a Universidade e a ciência francesa no exterior e composto por intelectuais de renome na França. Se Ernest Martinenche fora o elemento de ligação com países de língua espanhola, o filósofo e médico Georges Dumas será a ponte com o Brasil. Entre os anos de 1910 e 1920 este será responsável pela fundação de *lycées français au Brésil et plusieurs institutions culturelles* por essas bandas, tendo como aliados o governo paulista e o jornal *O Estado de S. Paulo* (MASSI, 1991, p.32). Já em 1927 tinha-se a ideia de se criar uma espécie de Universidade francesa de ultramar em São Paulo; com efeito em 1934 o matemático e politécnico Theodoro Ramos é nomeado por Júlio de Mesquita Filho como responsável por escolher os professores europeus que dariam cabo dessa vontade de os paulistas terem uma Universidade de matiz humanista. Na Itália escolheu alguns e o trabalho na França ficou por conta de Dumas – além de um recrutar um punhado de alemães e ibéricos.

De primeira e segunda leva vieram: Claude Lévi-Strauss, Jean Maugué, Paul Arbousse-Bastide, Roger Bastide, Etienne Borne, entre outros (Ibid., p. 38). Desta feita, a elite paulista em sua vontade de se ilustrar e se modernizar, ao menos intelectualmente, acaba por operar o seguinte movimento, descrito por Arantes:

Nossa bruxuleante curiosidade filosófica, como é sabido, sempre viveu à mercê das marés ideológicas da metrópole, literalmente a reboque dos vapores da linha da Europa, como diziam os desaforados desde os tempos de Silvio Romero. Ora, a partir da viagem do *Mendoza*, em fevereiro de 1935, navio misto da Compagnie des Transports Maritimes, que trazia a bordo o jovem *normalien* Jean Maugué (vinha substituir seu compatriota Etienne Borne, primeiro professor responsável pelos cursos de Filosofia da nova Faculdade), principiamos a importar, peça por peça, um Departamento Francês de Filosofia, quer dizer, juntamente com as doutrinas consumidas ao acaso dos ventos europeus e dos achados de livraria, a própria usina que as produzia em escala acadêmica. Uma reviravolta decisiva em nossa malsinada dependência cultural. O influxo externo por certo continuaria determinante, uma razão a mais para louvar o tirocínio do referido transplante civilizatório, pois afinal um pastiche programado em início de carreira é bem melhor do que uma vida inteira de pastiches inconscientes (ARANTES, 1994, p. 61)<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Para mais sobre as reviravoltas ideológicas de que padece o pensamento nacional, dadas ao sabor da moda estrangeira, ou, em outras palavras, de seu filoneísmo, ver Cruz Costa (1967, p.8) e Romero (1878, p. 35).

Já que tocou-se no nome de Maugué, continuemos a trilha de seu trabalho na Faculdade de Filosofia<sup>7</sup>. No anuário de 1935-1934 da FFCL, o referido professor passava a limpo o programa que iria colocar em prática nos ensinamentos de filosofia, cuja essência girava em torno da seguinte palavra de ordem: “filosofia não se ensina, quando muito ensina-se a filosofar”. Como se sabe, a máxima, ou formulação próxima, é kantiana e encontra-se na terceira parte da introdução de sua *Lógica* (KANT, 1992, p. 42-43), todavia, aqui mediada pelos desafios universitários franceses e com a função de ser o norte doutrinário das conhecidas veleidades filosóficas do pensamento nacional. Encontro a um só tempo insólito e providencial, pois a máxima alemã indica que a disciplina filosófica não teria um objeto próprio ou mesmo verdades perenes, prontas a serem ensinadas sem mais. Na prática, Maugué queria colocar na ordem do dia uma filosofia reflexiva, baseada em cursos monográficos e no espírito de crítica. Trocando em miúdos, o ensino de filosofia deveria ser principalmente histórico, por meio da leitura cerrada e sistemática dos clássicos, tentando por essa via incutir e propiciar um discernimento, sustentáculo de um juízo filosófico mais sofisticado, o qual pudesse separar o joio do trigo no mercado de ideias. Assim sendo, essa familiaridade com os estudos históricos poderia efetivamente nos livrar do encantamento fácil e do cuidado excessivo com as novidades europeias, passíveis de serem filtradas pela tradição de estudos local. Ainda segundo o *professeur*, a reflexão filosófica deveria proceder, no mais das vezes, por meio da alusão, até porque a filosofia deveria viver sempre no presente, no entanto isto só poderia ocorrer de modo sistemático, segundo Arantes (1994, p.82) em países possuintes de um sistema cultural já bastante hipertrofiado, formado e complexificado, à maneira da França. O que, como se via em parte da ensaística nacional, não era uma realidade no Brasil, portanto, o que fazer? Seguindo o raciocínio do filósofo uspiano, teria ocorrido uma divisão calculada do trabalho entre a turma dos filósofos concentrado na leitura miúda do texto (José Arthur Giannotti, Oswaldo Porchat, como destaques) e a turma que colocaria em prática o *vers le concret*, mandamento filosófico de Maugué, praticado com perícia<sup>8</sup> pelo chamado Grupo *Clima*.

Seguindo os propósitos deste exercício de leitura, nada a dizer sobre a turma da leitura estrutural do texto, já quanto aos “chato boys”, como queria Oswald de Andrade (ANDRADE, 1971, p. 45; 53; 65)<sup>9</sup>(CANDIDO, 2011, p. 41), demorar-nos-emos um tanto.

---

<sup>7</sup> Para mais sobre a obra e a trajetória de Maugué, ver Cordeiro (2008).

<sup>8</sup> Empresto aqui, em sentido ampliado, a qualificação dada por Gilda de Mello e Souza à crítica de Paulo Emilio Salles Gomes (SOUZA, 2008, p. 260-263).

<sup>9</sup> Em bilhete enviado à revista *Clima* sobre o filme *Fantasia*, de Walt Disney, publicado em seu quinto número em Outubro de 1941, faz a seguinte zombaria: “Sem nenhuma malícia. A sua geração lê desde os três anos. Aos vinte tem Spengler no intestino. E perde cada coisa!” (ANDRADE, 2009, p. 3).

## 1.2 – *Vers le concret, Clima.*

Conforme disse Antonio Candido (2007), ele e Lourival Gomes Machado haviam pensado na publicação de uma revista de caráter cultural e de pequena circulação nos idos de 1940, o último já assistente de Cátedra e aquele segundo anista de Ciências Sociais. Também não pode ser esquecido o nome de Alfredo Mesquita, mais velho que ambos e já escritor, responsável pelos anúncios graças aos quais a revista pode ter maior tiragem - feita, consecutivamente, pela Revista dos Tribunais e depois pela Edigraf. Contando, ao todo, com 16 números, editados entre mais de 1941 e 1944. De todo modo, Machado era seu diretor e autor da feição material da publicação, dentre os partícipes<sup>10</sup> fora o primeiro a se tornar crítico na grande imprensa e a se inserir profissionalmente na USP (PONTES, 1998, p. 22)<sup>11</sup>.

De acordo com Pontes (Ibid., p. 112), por meio desta revista pode-se observar um efeito tríplice na trajetória de seus integrantes: a) o lançamento da plataforma política e intelectual de uma geração; b) constituição de uma dicção autoral própria; c) início de suas carreiras como críticos profissionais. Sem querer destrinchar ponto a ponto, é importante que retenhamos duas ou três coisas para que possamos entender melhor a produção de Gomes Machado.

Quanto à primeira, é interessante lembrar que nas revistas de número 11 e 12, saem, respectivamente, os textos “Declaração” e “Comentário”<sup>12</sup> – de acordo com Candido (2007, p. 145), escritos por Paulo Emilio Salles Gomes -, pensados no calor da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Ali podia-se notar dois movimentos imbricados, mas não idênticos, a saber: a) a virada editorial de uma revista antes apolítica e agora francamente engajada, repudiando de maneira clara as várias formas que o fascismo ia assumindo pelo mundo, entre elas o integralismo no Brasil e referendando a posição oficialmente assumida pelo pátria na guerra; b) diante da intensificação da luta política entre comunistas e integralistas - apesar da solidariedade ao que vinham fazendo no período bélico na Rússia, França, China, entre outros países, em prol da aniquilação do fascismo -, afirmar a sua clara filiação ao socialismo

---

<sup>10</sup>Os participantes da revista e suas atribuições eram as seguintes: “[...] o direitos responsável (Lourival Gomes Machado), os editores encarregados das seções permanentes (Antonio Candido, literatura; Lourival, artes plásticas; Paulo Emilio Salles Gomes, cinema; Décio de Almeida Prado, teatro; Antonio Branco Lefèvre, música; Roberto Pinto Souza, economia e direito; Marcelo Damy de Souza, ciência) e os colaboradores (como Gilda de Mello e Souza, Ruy Coelho, Cícero Christiano de Souza, entre outros) [...]” (PONTES, 2008, p. 97-98).

<sup>11</sup> No supracitado livro de Heloísa Pontes pode-se achar um perfil detalhado de Gomes Machado, desde de sua singularidade frente aos críticos de arte à época, o que pensava ser a plataforma da nova geração de críticos, até a forma como se dera sua inserção na FFCL, consultar principalmente os capítulos 1 e 4 para tal (2008, p. 21-52; 140-213).

<sup>12</sup> Ambos recolhidos, posteriormente, no volume organizado por Carlos Augusto Calil e Maria Teresa Machado, de textos do e sobre Paulo Emilio Salles Gomes (1986, p. 72-82).

democrático e a construção de uma esquerda socialista independente, sem sectarismo, contudo sem transigência; independente do trotskismo e do stalinismo, apesar da fidelidade ao processo revolucionário russo; marxista, mas receptiva às correntes filosóficas e políticas do século (CANDIDO, 1986, p. 61)<sup>13</sup> – bastante próximo ou idêntico aquilo que Candido mesmo chamará mais tarde de radicalismo de classe média (CANDIDO, 1995, p. 9-23; 2011, p. 171-270). Posição igualmente acalentada e desenvolvida por Gomes Machado, membro da chamada Esquerda Democrática (CANDIDO, 1986, p. 66) (FERREIRA, 1994)<sup>14</sup>.

Do ponto de vista intelectual, a plataforma desenvolvida por Antonio Candido, Ruy Coelho e Lourival Gomes Machado possuía afinidades profundas - apesar de este último possuir uma avaliação um tanto mais generosa da atividade intelectual dos modernistas de 1922 -, apontadas, em depoimento ao escritor e jornalista Mário Neme, publicados em 1945. Tratava-se de uma geração eminentemente crítica, entendendo a crítica como uma imposição duma necessidade social, gerada sob o influxo cultural e intelectual dos anos 1930, dado que este ano propiciou uma “atmosfera de crítica e de revisão, um período de violentar contradições e de enorme esforço intelectual – de onde fatalmente teríamos de sair orientados para a crítica e para a análise” (CANDIDO, 2002, p. 240), instaurando, por conseguinte, uma crítica analítica e funcional. À diferença da geração de 1922, a qual criticou criando, colocando na ordem do dia uma crítica demolidora e construtora” (Ibid., p.243). Machado corrobora, em certo sentido, essa posição do crítico literário, argumentando que sua geração tem a “crítica como princípio, como meio e como fim”, tendo como uma de suas tarefas compreender analiticamente os problemas e soluções artísticas e intelectuais colocadas pelas gerações anteriores, dando à crítica sistemática um lugar no cenário intelectual (MACHADO apud PONTES, 2008, p. 60). Entretanto, quais seriam as raízes históricas deste intelectuais de *Clima*, incluindo, evidentemente, Machado? Vejamos.

Resumindo o que fora até aqui dito, é perceptível que o grupo em questão transpôs pioneiramente os resultados da recém-criada escola paulista para o terreno da cultura livre,

---

<sup>13</sup> Veja-se: “A nossa posição crítica em relação à ortodoxia marxista e às suas habituais expressões políticas provocou, de uma maneira geral, reações sadias. É claro que os espíritos presos à rigidez da nova escolástica recebem sempre com desconfiança a expressão de um não conformismo. [...] negamos a eficácia, para o progresso humano, diante das novas condições que se abriram, do programa e da tática daquilo que foi um dia a Terceira Internacional. Temos por ela um grande interesse histórico assim como pela Segunda ou pela Quarta. [...] Mas sabemos a função histórica da Segunda Internacional há muito terminada, e não conseguimos nos interessar, senão intelectualmente, pelas abstrações políticas daqueles que se esforçam por acreditar numa Quarta Internacional. No conjunto, olhamos com admiração para esse ciclo de internacionais e, vendo perpassar por elas as melhores energias do espírito, temos convicção de que colaboraram de maneira decidida pelo enriquecimento do homem” (GOMES, 1986, p. 78-79).

<sup>14</sup> Para estudos detalhados sobre o histórico do socialismo democrático no Brasil e a esquerda democrática em particular, cf. Gustin e Vieira (1995) e Hecker (1998).

confrontando-se com um público, apesar de determinado, bem mais amplo que o da FFCL. Resultado de um encontro benfazejo entre técnica e vocação crítica francesa, de Maugué, sejamos claros, da atitude mental dos modernistas (CANDIDO, 2007, p. 146-147) e o ensaísmo de 1930, gestado no sopro de radicalidade da época, algo melhor aquilatado por Arantes:

É certo que aquela vocação crítica precipitada pelo ensaísmo francês de Maugué vinha de longe, mais particularmente, procedia em larga medida da reforma da inteligência nacional estimulada pelo Modernismo, cuja índole inquiridora e realista favorecia o apreço pela análise própria da prosa de ensaio, além de revelar um traço mais geral de geração e conjuntura, quando a estreia com um artigo de crítica havia algum tempo quebrara a tradição do livrinho de versos inaugural, como registrara Mário de Andrade em *Elegia de Abril*. Mas sobretudo o que permitiu enfim cumprir à risca o programa do mestre francês – tirante a especialização em Filosofia – era a presença, mais ou menos integrada ao raciocínio crítica de cada um, daquela matéria culturalmente preformada que o referido projeto pedia e devia alimentar como a sua mais próxima pressuposição. Aqui não era preciso começar *da capo*. Além do mais, naquela feliz circunstância atendia-se à principal exigência do novo espírito filosófico sem arcar com o ônus de precisar fazer filosofia. E por uma razão muito simples, entre tantas outras que se poderia alinhar em favor dessa conjunção rara: é que aos olhos da curiosidade onívora daqueles falsos diletantes, a palavra de ordem *vers le concret* exprimia antes de tudo um convite, renovado pela aclimação bem planejada de novas técnicas intelectuais, a passar a limpo o *ensaísmo* dos seus maiores, a prosa explicativa, hoje clássica, daqueles que a partir do influxo modernista e da reviravolta de 30 começaram a pôr no lugar algumas peças do tabuleiro nacional (ARANTES, 1994, p. 85).

Passaremos agora por algumas determinações intelectuais importantes decorrentes da cadeira de política da FFCL.

### **1.3 – A cadeira de política e sua vontade de autonomia.**

À sombra, principalmente, da professora Célia Quirino Galvão dos Santos e, subsidiariamente, de Oliveiros Ferreira, pode-se dizer que a Ciência Política, como todas as outras ciências humanas na FFCL, nasceu com sua marca francesa, não se configurava como uma ciência no início e nem tinha espaço próprio, marcada por uma origem fortemente sociológica e filosófica. Ademais, haviam duas seções divisoras da Faculdade: Filosofia e Ciências, de sorte que entre 1934 e 1941 o curso teve o nome de Ciências Sociais e Políticas, apresentado apenas como uma subseção das Ciências, juntamente como Matemática, História Natural, Química etc. A área de política nasceu no interior da Cadeira de Sociologia 1, constituindo-se apenas como uma parte do curso de sociologia especial, sob o título de Sociologia Política, contando com temas que giravam em torno do Estado e suas figurações. Porém, o Departamento de Ciência Política tal como vemos hoje originou-se de metamorfoses da Cadeira de Direito Político, contando com as seguintes atos: primeiro, Cadeira de Política no interior do antigo Departamento de Sociologia e Antropologia; segundo, após o fim do regime de Cátedra, Área de Política do Departamento de Ciências Sociais; último, em 1988,

extinção do Departamento de Ciências Sociais, constituindo-se como Departamento de Ciência Política. Todavia, a dominação mais ampla que sofrerá não fora da Sociologia ou do Direito e sim da Filosofia, o qual dava o tom da modernidade metodológica e do que deveria ser lido.

Aqui a figura de Paul Arbousse-Bastide torna-se essencial. Licenciado em Letras e *agregé* de filosofia, buscava em seus cursos na Cadeira de Sociologia I responder perguntas clássicas, desde ao menos Durkheim: pode a sociologia ser um estudo científico? Ter um campo? Ter um método? De todo modo, de acordo com Quirino, assistia-se ali um ensaio de autonomização por parte da Antropologia e da própria Política e a tentativa de apreender suas especificidades frente à disciplina forjada por Comte<sup>15</sup>. Poder, Dominação, Estado, Ideias políticas de pensadores clássicos e modernos eram cifra básica dos estudos políticos, isso sem esquecer da discussão de autores nacionais, encarados com certa desconfiança, ora pelo seu tom ensaístico, ora pelo seu conservadorismo, à maneira de Gilberto Freyre, Silvio Romero e Oliveira Vianna. No mais, via-se uma falta de bibliografia científica sobre o Brasil, levando alunos e professores à pesquisa e coleta de dados - orientada pelos segundos, é claro - destas paragens. No intuito de obedecer o decreto federal 12511, que versava sobre os padrões disciplinares a serem seguidos no ensino, o curso de Ciências Sociais é redefinido e a Cadeira de Política é criada. Nesse ínterim, Roger Bastide (Bastidinho aos alunos), contratado para cadeira de Direito Político, passa à cadeira de Sociologia e Arbousse-Bastide à cadeira de Política, trazendo consigo seu assistente: Lourival Gomes Machado.

Ambos, juntamente com Georges Gurvitch e Charles Morazé – os quais passaram pela cadeira nos períodos em que Arbousse-Bastide trabalhou para o governo francês em outras funções, até a assunção definitiva de Gomes Machado em 1954 -, foram responsáveis pela consolidação da forma e conteúdo como se aprendeu Política na FFCL, lembrando que os dois Bastides, apesar de franceses, introduziram o estudo sistemático de Teoria Política também americana, alemã e inglesa. Movimento muito bem representado e objetiva pelo primeiro doutorado da cadeira, de 1942, o supracitado *Alguns aspectos atuais do problema do método objeto e divisões da Ciência Política*, de Gomes Machado; o qual contava com a bibliografia mais recente de Ciência Política, europeia e americana. Em tal tese buscava-se marcar o papel

---

<sup>15</sup> “Assim era ele. A cadeira de Política inscrevia-se (como Sociologia e Antropologia) no Departamento de Ciências Sociais, em que olhos mais argutos já podiam ver nascer, embora cobertas ainda pelo capim, as sementes de futuras discórdias. Lourival, que apregoava, como disse, ser a Política uma Sociologia Especial, alimentou todo o tempo um sonho: fazer da Cadeira um departamento próprio em que fosse possível desenvolver as várias disciplinas que com tato vinha introduzindo no currículo obrigatório de Ciências Sociais, aumentando sem dúvida a carga de Política: História das Idéias, Formação do Estado Moderno Instituições Políticas Brasileiras. Essa última era sua preferida, tão querida que no fundo desejava que todos seus assistentes pesquisassem o passado brasileiro para ver a gênese do presente que vivíamos” (FERREIRA, 1994, p. 283-284).

e a importância desta ciência no conjunto das Ciências Humanas, “bem como mostrar a necessidade do conhecimento dos fenômenos políticos, para se chegar ao entendimento da sociedade como um todo e estabelecer métodos de análise que possam ser mais adequados a essa ciência” (QUIRINO, 1994, p. 341). Forçoso dizer que entre os anos de 1941 e 1943, catedrático e assistente procuraram em seus cursos discutir o estudo científico específico de realidades políticas, buscando em um primeiro momento introduzir os alunos no estudos das relações entre morfologia social e fatos políticos e posteriormente cursos intensivos sobre o desenvolvimento da ideológica democrática e seminários de leitura do *Contrato social*, de Rousseau. Em 44, o catedrático licencia-se com o intuito de prestar servidões especiais à embaixada francesa no Rio de Janeiro e o assistente ocupa as funções da cátedra. Já à época o cursos de Política passam a ser estruturados em torno de três macro unidades didáticas, segundo Quirino a distribuição era a seguinte:

I - Curso sistemático de introdução à ciência política: visão panorâmica dos problemas políticos (organização constitucional e administrativa, fundamentos sociais, econômicos e ideológicos do Estado; história e geografia das idéias políticas; relações internacionais; as ciências políticas em sua multiplicidade) e sistematização da ciência política (principais interpretações; quadros gerais de uma introdução: a ciência política como estudo sistemático das instituições e dos regimes políticos); II – “Lições sobre a história das ideias”. Este curso, desde então, dedicou-se a desenvolver estudos interpretativos do pensamento político clássico. Podia-se discutir um único pensador, ou mesmo uma única obra durante um ano letivo, como poder-se-ia trabalhar sobre vários autores durante apenas um semestre; “III – Seminário de leituras e comentários, bem como de apresentação, debate e crítica de trabalhos de alunos”. Esse seminário, aos poucos, vai se transformando em discussões das pesquisas realizadas por alunos e professores da Cadeira e acabará por ser o ponto de apoio que dará sustentação, no futuro, em meados dos anos cinquenta, à criação dos cursos de Instituições Políticas Brasileiras. Com pequenas transformações, é em torno desses três temas fundamentais que se define o tripé que por longos anos foi a base e a marca da Ciência Política da USP (QUIRINO, 1994, p. 342-343).

Em uma visão retrospectiva, a cientista política afirma que o item I acabou por ser designado durante uma boa parcela de tempo como *Introdução Conceitual*, permitindo-se que enfatizasse-se autores e conceitos variados, ao sabor da atualidade destes e da situação concreta da política nacional, indo de Weber, passando por Marx e Dahl, até discussões sobre liberalismo, autoritarismo e democracia. O Item II sempre prezou e manteve a leitura atenta dos clássicos, ao modo de Maquiavel, Locke e Hobbes, a partir tanto do método estruturalista da leitura de textos, até os assim chamados métodos genéticos e retrospectivos. Já o elemento de número III, passou a ser chamado de *Instituições políticas brasileiras*, nascido como parte de um grande projeto de pesquisa acalentado por Gomes Machado, tendo como essência a tentativa de cobrir a história política brasileira, desde o sistema de administração colonial até a política

moderna, de sorte que dali saíram teses tanto sobre o Império e a Inconfidência, quanto o fenômeno do populismo na política nacional.

No ano de 1949 chegam reforços importantes para a Cadeira de Política: Paula Beiguelman e Oliveiros Ferreira são contratados como auxiliares de ensino e Gomes Machado defende a tese de livre-docência sobre o *Tratado do Direito Natural de Tomás Antônio Gonzaga*. Cinco anos depois, o mesmo professor apresenta a tese de cátedra *Homem e sociedade na Teoria Política de Jean-Jacques Rousseau*. A partir de tais trabalhos e teses, Gomes Machado deixava transparecer uma vontade de ele mesmo completar a construção do tripé que deveria sustentar os estudos de Ciência Política, quais sejam: *definição e compreensão dos conceitos e do método; levantamento de diferentes aspectos da política brasileira e a história das ideias políticas* (Ibid., p. 346) (Cf. FERREIRA, 1994, p. 283). Forçoso lembrar que ainda no ano de 49 iniciam-se as primeiras pesquisas eleitorais, mapeando, dentre outras coisas, o voto nas eleições de 1947, demografia eleitoral desde 1920, campanha eleitoral de 1950. À medida que os projetos e pesquisas ensejados pela Cadeira foram aumentando, evidenciou-se a dificuldade de obtenção de dados, principalmente documentação histórica mais antiga, levando a consecução de um novo projeto: a formação, via financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, de um arquivo com dados coletados e publicações de acesso difícil, os chamados *Arquivos de Política* – barbaramente perdidos com a repressão militar desenfreada propiciada pelo AI-5 em 1968. Dando materialidade para o argumento de Quirino de que até os anos 70, duas atividades eram vitais: “o projeto comum e a leitura dos clássicos” (QUIRINO, 1994, p. 348), até porque estas seriam indispensáveis para qualquer compreensão da Ciência Política.

Em 1963, como dito anteriormente, Gomes Machado licencia-se para trabalhar na UNESCO, Beiguelman fica em seu lugar. Em 1964 o Golpe é consumado, todavia até 1968 havia certa aparência de normalidade, até porque, como nos ensina Schwarz ( [e complementa Arantes (1994)], enquanto a ditadura de direita se firmava, havia hegemonia cultural de esquerda, Maria Antonia inclusa. Em meio a estes quatro anos trabalhou-se muito, Caio Prado Jr., Lukács, Mannheim, Marx, Nabuco, Victor Nunes Leal, descobriu-se Marcuse e Gramsci - este último estudado aos borbotões, chegando a tema de livre-docência de Oliveiros Ferreira na década de 80. No ano de 1967, Gomes Machado morre e a cátedra vaga é conquistada em concurso por Fernando Henrique Cardoso com a tese *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes: ideologias do empresariado industrial argentino e brasileiro*, ganhando de Paula Beiguelman. Ambos aposentados compulsoriamente pelo AI-5 de 1968. Necessário dizer que

desde o seu início até o período pós-redemocratização o departamento passou por fortes transformações, todas elas sob o signo das mudanças políticas do país:

Quando ainda no período de Vargas, a Ciência Política, nos seus primórdios, parecia querer negar sua vocação e apenas transformar-se num aspecto do ensino do Direito. Com os movimentos para a redemocratização do país e de 1945 a 1964, o estudo da Política adquiriu forças, não só para tentar entender os complexos caminhos da liberdade, mas também para enfrentar a busca de uma sociedade mais igualitária. Democracia e Socialismo foram, então, os seus temas fundamentais. A redescoberta dos direitos fundamentais e a construção da nova Constituição aproximou de novo a Política do Direito. A redemocratização trouxe consigo os estudos de transição democrática e novo interesse pelas velhas e novas análises sobre Democracia (Ibid., p. 348).

À vista do que fora aqui colocado, passemos agora para o exercício de leitura do doutoramento de Lourival Gomes Machado, a qual acreditamos ser essencial para se entender a sua compreensão mais alargada, apesar de específica, de ciência política.

## **2 – Um doutoramento.**

O doutorado de Machado, defendido em 13 de novembro de 1942, fora publicado em forma de livro, ou melhor, como primeiro Boletim da cadeira de Política em 1943 com o título *Alguns aspectos atuais do problema do método, objeto e divisões da ciência política*. No qual, já de saída, nos diz que sua preocupação não é apresentar um panorama histórico ou cronológico das evoluções de ideias políticas e seus atores adeptos, mas sim “o exame das tendências mais atuais da ciência política no tocante ao problema dos métodos e do objeto” (MACHADO, 1943, p. 5), de modo que ali era preciso abandonar qualquer intuito de ordem histórica. Desta feita, Machado procurava efetuar uma síntese metodológica a qual não fica apenas do campo metodológico, mas sim procura escandir as linhas evolutivas da literatura atual em direção à ciência. Esta entendida como uma ciência objetiva que cuidando especialmente dos fenômenos políticos possa nos dar um conhecimento exato do aspecto político da vida nas sociedades (Ibid., p. 32). Importante ter em mente que para o nosso autor o único método científico é justamente o indutivo, prezado por Francis Bacon e adaptador por Durkheim ao método sociológico, conforme argumenta (Ibid., p. 48).

Aprofundando o seu objetivo, Machado argue que reinava certo caos quanto ao modo de encarar a ciência política, seu objeto e métodos, algo que tentou enfrentar mostrando certa direção segura seguida semelhantemente por autores ingleses, francêss e estadunidenses, pois caminhando “por trilhas diversas, todos, na medida de suas forças, encaminham-se para um mesmo ponto ideal de unificação do pensamento” (Ibid., p. 6). Mas que ideal seria este? Até onde podemos adiantar trata-se de um ideal de determinismo político, essencial à especificidade

do campo e sua autonomia relativa – ressalte-se que por determinismo o catedrático da cadeira de política queria dizer não a sobreposição ou proeminência de um fato sobre todos os outros e sim o estabelecimento de uma relação causal entre, por exemplo, fenômenos e causa (Ibid., 96). Ora, mas, à primeira vista, isso nos levaria a um enquadramento da ciência política muito próximo daquele descritos por Forjaz (1997), Keinert e Silva (2010), não? Na realidade, apesar de uma nomeação um tanto aproximada, a substância de ambas é distinta como procuraremos expor aqui.

Machado expõe que desde sempre houve interesses pela aquisição de conhecimentos sobre os chamados fenômenos políticos, pois já nos primeiros documentos do pensamento humano há um forte interesse pelo estudo dos fatos de organização voluntárias das sociedades, da organização de governos e da administração. Tendência que sobrepuja o interesse pelos outros fenômenos sociais e que resume em si a história do estudo das sociedades, “narrando a evolução do que mais tarde será uma ciência autônoma – a sociologia” (MACHADO, 1943, p. 7). Por outro lado, é preciso ter em conta que nas ocasiões em que os homens agem, fazem-na por três motivos: i) em razão dum princípio geral de que deduz o caso particular em questão; ii) por meio de um regra expressa representada duramente pelos princípios de ação tomados como uteis pela prática; iii) tendo em vista um problema inaudito, praticam verdadeiro processo de tentativa e erro até que se possa obter um resultado bom. Estariam aí, na exposição de nosso autor, três espécies cognoscitivas, detalhadas respectivamente do seguinte modo: i) um grande princípio geral, próprio da filosofia, forneceria o campo para posteriores aplicações particulares; ii) a norma da ação volta-se não para o comprovável e sim para o que é útil e eficaz, característico da arte político e iii) o conhecimento nasce da experiência concreta de ações sucessivas e variadas, isto é, empíricas, sendo ainda incapaz de gerar ciência, contudo diferencia-se da metafísica e do normativo. Tríade política a qual teria levado ao seguinte quadro:

Talvez a coexistência de três tipos de conhecimento não fosse capaz de perturbar o desenvolvimento da política se não viesse a ser agravada pela especialização progressiva de cada um deles paulatinamente aumentada e autonomizada. Diferenciando-se, senão se ignorando uns aos outros, chegaram estes três ramos à discordância absoluta, inversão do conjunto sistemático de conhecimentos oferecido inicialmente pela filosofia grega e cuja consequência mais funesta foi a invasão recíproca dos campos respectivos da arte [da política], da filosofia e do empirismo políticos. Como cada qual era dominado por um tipo especial de cultura, não será difícil avaliarmos o estado caótico em que se encontrou a norma da ação hesitando entre a base filosófica, a rotina tradicional e o conhecimento acidental e limitado; ou a filosofia da vida política sendo dominada em certos assuntos pela erudição histórica, quanto não pelos entraves da aglomeração de conhecimentos práticos. Acrescentamos ao quadro a vizinhança perigosa das várias ciências humanas que então floresciam e que, pela própria força expansiva das ciências novas, invadiam todos os terrenos e

teremos assim um panorama geral do estado em que se apresentam os conhecimentos políticos do século XIX (Ibid., p. 11).

Seguindo seu raciocínio, o professor uspiano argumentará que os vários pensamentos políticos do século XVIII e XIX padecerão de enorme entrecchoque e confusão, desobrigando-a de dar-lhes maiores sistematicidade. Porém, reagindo à esta cornucópia teórica, surgiram dois grandes sistemas científicos os quais perseguiram a ideia de dar sólidas bases sistemáticas para a nova ciência, quais sejam: o positivismo e o marxismo. Ambos teriam em comum o fato de tentarem dominar e apanhar a totalidade dos conhecimentos científicos sobre o homem, sem se desviarem da tarefa de estender suas conclusões até o domínio práticos dos fatos sociais, de modo a servir de ponto de partida para uma política ativa. Todavia, no primeiro, a política positiva seria um efeito da sociologia feita por August Comte, já no segundo, a construção intelectual de Marx deveria ter seu acabamento lógico numa política de ação que ia até os pequenos detalhes da prática revolucionária. Em Comte veríamos a tentativa de dominar o campo heterogêneo dos fenômenos por leis homogêneas e constantes, passíveis de embasarem uma prática política positiva acertadas, tendo como palavra de ordem: o saber, prever e prover. Em Marx, segundo a leitura de Machado, o que mais valeria é a tentativa de descobrir os fundamentos constantes e determinantes da ação política, os quais valeriam mais do que qualquer sistema geral e teriam seu fundamento na vida material da sociedade.

Se o comtismo e o marxismo não chegaram a dar conta da tarefa de fundarem uma ciência política autonomizada das demais ciências e dos preceitos filosóficos, conseguiram ao menos fixar a ideia de que os fatos sociais e, conseqüentemente, os políticos, “são ligados a causas de modo constante e universal, o que assegurou definitivamente a possibilidade de seu estudo científico” (Ibid., p. 18). Nesse seara, também poderia ser vista a obra de Geog Jellineck, porém esta, apesar de altas pretensões científicas, ao ficar preso apenas ao estudo do Estado e de seus tipos médios contemporâneos e ocidentais não cumpre o que promete do ponto de vista da ciência. Assim, mesmo sem sucesso, os sistemas acima referidos servem como referências ao escopo do estudo de Machado, mostrando a tentativa científica de separar a ciência política das demais ciências afins e dotá-la de um forte determinismo que permita-lhe dotar de relações causais. É possível enxergar este movimento em prol de uma maior autonomia não em um só autor ou corrente, mas como uma tendência discernível em meio ao cipoal de pensadores e teorias. Liames os quais pretendiam abandonar o normativo e o apriorismo filosófico, esforçando-se por obter um conhecimento objetivo dos fenômenos políticos e a possibilidade de conexão de nexos relacionais entre eles, mas que, ao fim e ao cabo, tendiam a colocar a ciência política como ramo secundário da psicossociologia ou mesmo da jurisprudência.

Sem ser pessimista, avalia que as tentativas anteriores foram bastante insuficientes quanto a tentativa de constituição de uma ciência política, até porque ou estavam sempre apoiadas em conhecimentos de outras ciências e em princípios filosóficos, ou acabavam por operarem verdadeiras novas abstrações em lugar do conhecimento efetivo da política. O catedrático de política argumenta que a tentativa de constituição de uma ciência política ficou prejudicada tanto por posturas empiristas - identificadas com a tentativa de identificar como teoria construída imediatamente sobre dados da prática - , quanto pelo teorismo - visto como um experimento em que princípios filosóficos são substituídos por afirmações de caráter até científico, não obstante possuídas de uma natureza por demais ampla e geral transplantadas para um conjunto sem o mesmo rigor, no qual representações coletivas ligadas a determinadas condições sociais fariam as vezes do conhecimento científico. Deste modo, a necessidade de uma ciência política fica cada vez mais acentuada, dado os interesses pelos conhecimentos positivos neste campo, no entanto vê-se um fracasso sistemático nos esforços dirigidos no sentido de erigir uma ciência política equivalente em seus métodos e suas leis às demais ciências. Tendo isso em vista, em que direção esta disciplina científica deveria ir?

Algumas apostas foram feitas, lançando-se mão de alguns tipos de métodos, organizados e chamados por Machado, respectivamente, de: histórico; antropológico, político, psicológico, biológico e sociológico. Antes de adentrar, rapidamente, em cada um deles é necessário dizer antes de mais nada que todos são vistos pelo nosso autor como insuficientes, visto que seus propositores não os passaram pelo crivo da crítica rigorosa, capaz de adaptá-los convenientemente aos objetivos da ciência política e reduzi-los a um valor lógico universal.

O método histórico seria caracterizado por representar um ponto de ligação entre a mentalidade tradicional ético-política e o pensamento moderno científico, levando a um conhecimento simples e positivo, passível de afastar da teoria política o pensamento puro, o qual seria suscetível de atingir um conhecimento superior. Mesmo assim, observa-se em várias autores a tentativa de fazer com que este método histórico torne-se um dos instrumentos do método comparativo, permitindo a passagem de um conhecimento pautado na mera sucessão cronológica, para uma “história conceituada como material imprescindível para os estudos feitos dentro dum critério de generalização e de erecção de leis que seria impossível conseguir-se no princípio de individuação histórica” (Ibid., p. 38). Impondo-se a comparação, por exemplo, entre instituições no tempo, levando-se a possibilidade de se conhecer regularidades históricas generalizáveis e fatores gerais que possam provar peculiaridades em cada situação histórica e aí encontram-se uma dos elementos que possibilitam se fazer ciências sociais em

geral e a política em particular. Deste modo, podemos nos aproximar do segundo método acima listado, o antropológico. Neste ver-se-ia uma atenção particular aos fatores que dizem respeito à origem e formas rudimentares de organização do poder político e estatal, fornecendo material de comparação entre instituições de diferentes sociedades para a ciência política. O método jurídico, por seu turno, guardaria dentro de si tanto a chamada filosofia jurídica, quanto a sociologia jurídica, a primeira diria respeito ao estudo da jurisprudência de um ponto de vista ideal e a segunda tentaria apanhar a realidade jurídica efetiva. Ambas matérias afins à ciência política. Porém, se fosse vista como o estudo comparativo que visa o aspecto legal dos movimentos e sistemas políticos, teríamos algo mais interessante para a pesquisa política.

Desses três métodos, a partir do que fora exposto, é possível depreender o seguinte: i) os três são fortemente históricos; ii) os três estão fortemente subordinados ao método comparativo, levando Machado a conclusão que são apenas três aspectos diferentes do método comparativo, passo necessário da pesquisa social. Seria esse o destino dos derradeiros métodos acima listados? É patente na literatura sobre método psicológico na ciência política uma confusão terminológica e uma incapacidade dos autores em distinguirem os seus conceitos essenciais, como a própria categoria de psicológico, seus limites e sua aplicação. Ademais, é possível notar duas compreensões distintas dos problemas: a) fornecer um princípio humano básico o qual poderia ser aplicado como a causa explicativa de fenômenos sociais ou b) procurar num campo particular a comprovação de afirmações gerais, algo que nem seria ciência política. Neste último campo poderíamos colocar também a contribuição da metodologia biológica, preocupada apenas em comprovar a eficiência dos mecanismos da evolução num campo particular de saber. Machado, por fim, conclui pela ineficácia da metodologia psicológica, dado que acabaria por confundir os planos individual e social, levando à uma barafunda intelectual, cujo resultado seria o não entendimento da especificidade da psicologia, da sociologia e da ciência política.

Quanto à sociologia, a questão é mais complicada, visto que a natureza dos fenômenos políticos é essencialmente social. Aqui Lourival Gomes Machado não só diz que a ciência política deveria se aproveitar das conquistas efetuadas pela sociologia, como formula um questionamento profundo sobre a disciplina:

[...] a inegável semelhança e o englobamento iniludível do político pelo social nos permite perguntar se a política tem realmente caracteres suficientemente marcados para a tornar uma ciência autônoma. Se o fato político é um fato social que simplesmente se destaca dos demais por decorrer simplesmente duma só ordem de instituições e representações, não vemos motivos para que não seja considerada como uma das sociologias especiais, parte detalhada em visão particular do grande todo que procura conhecer e enunciar as leis da vida social. Se, pelo contrário, encontrarmos na vida política das sociedades humanas certos resíduos que permanecem sem

explicação suficientemente esclarecedora depois de aplicado o método sociológico, sentiremos por eles que o nosso campo é limítrofe, mais inconfundível. Neste caso, abandonaremos qualquer tentativa de a tornar sociológica, teremos que procurar método original especificamente adaptado ao objeto diante do qual, é óbvio, a sociologia poderá figurar como capaz de fornecer contribuições. Assim como da história e da geografia a ciência social aproveita conhecimento, passando pelo crivo de sua contextura interpretativa diversa da daquelas disciplinas, também podemos conceber uma ciência política, autônoma, recebendo da sociologia dados indispensáveis acerca da vida social em que se mergulha a esfera política (Ibid., p. 47).

Porém, para que possa responde a esses questionamentos, o crítico terá de passar pelo estudo da natureza e da especificidade do objeto político, pois este pode resistir a aplicação de um método inadequado e levar mesmo a um método exato, quiçá, ao método político. Dando consecução a exposição, o nosso autor dirá que comumente a política é abordada como um fato social, porém esta definição pecaria por inespecificidade. Em primeiro lugar, é um fato social que se passa no meio social e tem relação com esse meio, diferentemente do objeto político do que chama de sociologia doméstica, a qual teria que lidar com importantes determinações de ordem biológica; em segundo lugar, seria um fenômeno social superior, à maneira da moral e do direito, logo ocupando um espaço importante em meio aos vários elementos da vida social. Tanto é que objeto da política acaba por ocupar um lugar definido no complexo grupal e apresentando uma natureza complexa. Não obstante, o campo dos fenômenos políticos não deve-se a qualquer tipo especial de atividades essenciais da vida social, colocando seus problemas a partir do nível social e não da natureza humana à ordem social, de sorte que a ordem social e a ordem política, com especificidades, participam da mesma natureza social.

A partir disto, resta responder a seguinte pergunta: qual seria a especificidade do político frente ao moral e ao jurídico, posto que estes dois últimos apresentam-se como fatos específicos da vida social? Frente ao primeiro, a política seria dotada de uma capacidade coercitiva que lhe é própria e da possibilidade de instaurações de novas ordens, admitindo inovações advindas de indivíduos isolados, enquanto a moral, compreendida como conjunto de valores morais dominantes na sociedade, reduz-se a simples repetição imperativa dos elementos tradicionais da ordem social. *Vis-à-vis* ao jurídico, tem-se que este seria decorrente da ordem política, servindo como meio de manutenção da ordem, constituindo-se como mero satélite da ação política e seu regramento. Bem, dito isto, qual é o justo lugar do político na sociedade humana? Qual seria o lugar da ciência que o estuda efetivamente e cientificamente? *Machado responde que seu lugar é como uma sociologia especial, pois ciência política e sociologia política são idênticas.* Entretanto, antes de tomarmos o argumento de nosso autor como, em sua totalidade, datado e superado – não que sejamos apologistas do que aqui expomos, mas acreditamos que

os pontos levantados por este esquecido texto sejam importantes para pensar -, sejamos pacientes e deixemos que seu raciocínio venha a tona nesta exposição. Vejamos os seguintes trechos, comprobatórios do que estava dizendo:

Destinada [a ordem política], pela sua função, a reforçar a ordem natural, ela o faz dentro do próprio processo social, sem que se faça necessária na sua execução a participação das vontades humanas que figuram como onnipotentes nas velhas teorias: mesmo as expressões individualizadas da ação política são susceptíveis de interpretação sociológica na medida em que nelas se refletem as forças da natureza social. Cada vez que, entre a vontade do homem e as necessidades sociais, não se traça uma identidade ainda que parcial, a inovação política está fadado ao total desaparecimento (Ibid., p 56).

E ainda:

Contudo, encarando-se a esfera dos fenômenos políticos em sua própria natureza, sem nos importar com as falhas do passado, e aceitando-se a ciência que deseja se dedicar ao seu estado como capaz de cumprir os princípios lógicos que mandam [que] se adquira os conhecimentos progressivamente, a partir da mais simples unidade mínima que até alcançar os fatos em cuja composição e intercorrência de muitos fatores primários provoca complexidade sensível, somos levados a confessar que a distinção entre a ciência política dum lado e ao sociologia do outro precisaria justificar-se posteriormente pelos frutos que viesse a dar. [...] Se é real a natureza social que tantos autores apontam nos fatos políticos e se essa natureza social pode ser interpretada, tal como o fizemos, como uma dos [das] ordens, sociais, natural ainda que consciente, os fenômenos que a princípio queríamos dar como objeto duma ciência autônoma são perfeitamente integráveis no campo de estudo da sociologia. A sociologia política estuda os mesmo problemas que a ciência política. Seus métodos – o método indutivo adaptado primariamente ao princípio geral do determinismo e, numa segunda operação, à especificidade do social – são idênticos. E como o método é que leva aos princípios interpretativos, não vemos modo de se negar a identidade lógica e a identidade de fato que se estabelece irrecusavelmente entre estas duas disciplinas científicas (Ibid., p. 58).

Lourival Gomes Machado, cita autores diversos como Gettell, Barnes, Davy, que na letra ou no espírito do argumento, apontaram uma distinção entre Ciência Política e Sociologia política muito mais com um amor à tradição do que como uma efetiva divisão do trabalho. E mais: uma desconfiança em relação aos conhecimentos sociológicos e um apego às fórmulas jurídicas ou filosóficas, poderiam fazer com que a maior parte dos autores que escreveram sobre ciência política reduzissem o objeto de seu estudo à realidade política mais imediata das sociedades modernas, a saber: o estado. Mesmo com esforços metodológicos preliminares visíveis a obra destes autores acaba por ficar presa a uma velha rotina de estudos, cujo desenvolvimento não atinge o nível necessário pedido pelos critérios científicos, imprescindíveis aos estudiosos da política. Critérios que giram em torno da descoberta indutiva de leis, imprescindíveis para uma explicação causal capaz de indicar a função social de um fenômeno. Subsidiariamente, poder-se-ia dizer, então, que é impossível erigir uma ciência política, mesmo que sociológica, que cuidasse exclusivamente do Estado, fenômeno mais aparente da política.

Machado ainda passará por alguns esforços de isolar a política e o chamado “ato político” da sociedade e do estudo sociológico, pretendendo com isso fornecer conhecimentos mais constantes da atividade política dos homens, ao modo do que é feito no âmbito da economia. O responsável por isto foi o cientista político britânico George Catlin, cujo propósito era constituir uma ciência do político baseada em ficções formais nomeadas por ele como atos políticos, entendidas como átomos mínimos do político, os quais se repetem sistematicamente. Produzindo padrões discerníveis quase que sincronicamente, quase como se a continuidade histórica não fosse um empecilho ao politicista e sua análise. Estes atos políticos são discerníveis mesmo quando hajam aparentes mudanças da natureza humana, algo que sempre se dará enquanto houver liberdade de ação, num modelo científico próximo ao da economia e seu ato econômico, ávido pela subsistência material. Seguidor de Bentham, Catlin irá se insurgir contra a filosofia e a história: à primeira, objetará que princípios filosóficos nada dizem sobre a essência da política, discernível a partir de abstrações baseadas em generalizações induzidas; à segunda, indicará a existência de uma estrutura dos fenômenos, cuja repetição depende da persistência de seu aparecimento enquanto tipo fenomênico.

Porém, o que seria uma constante indubitável do ato político, suas linhas componentes? Catlin responde que é uma vontade forçando outra vontade à obediência. Como o autor britânico retira esse ato político da sociedade, o quer fora da história e despido de princípio normativo, embebe-o, afim dar consequência ao seu pensamento, em seu etéreo postulado psicológico. Não obstante, o pressuposto essencial deste postulado é a existência conceitual de um *Homo politicus*, aparentado do nosso velho conhecido o *homo economicus*. Tendo isso vista, Machado argumenta que o que deve ser atacado no “ato político”, não é sua base bio-psicológica de impulsos essenciais, mas sim que tais construções além de não explicarem a complexidade da vida econômica e política, também não permitirem que se alcance a estrutura superior dos fatos sociais, pois fundamento em um psicologismo primário. Continuando o argumento:

Só dentro do tipo de civilização contemporânea, só dentro dos padrões e das representações civilizadas europeias e americanas, pode subsistir a predominância deste ou daquele impulso, de vez que estes impulsos se desenvolvem sempre dentro do sistema de valores predominantes em nossos grupos. A economia monetária e creditária é o cenário imprescindível para o “homem econômico”; para o “homem político” precisaríamos imediatamente lançar mão de conceitos como o de consciência da própria liberdade, que não sabemos ser constantes em todos os homens de todos os lugares. Não são postulados psicológicos, como pode parecer à primeira vista; são tipos sociais (Ibid., p.76).

Com efeito:

Já vimos que, para ter desenvolvimento fecundo, dentro do campo da sociologia, não basta à política enquadrar-se no ponto de vista particular das ciências sociais como também não basta assumir uma atitude de rigorosa separação em relação às demais ciências afins. Sempre haverá o perigo de se aplicar o método sociológico a objeto de estudo que não lhe convenha, introduzindo na sociologia certas noções não verificadas anteriormente quanto à sua natureza social e tomando por simples realidades básicas fenômenos representativos de acabamento ou de etapa superior duma evolução de certas funções políticas. [...] Há, ainda, proveniente de exagero contrário, outro perigo: à força de se querer escapar aos critérios interpretativos de outras ciências, pode-se cair finalmente no simplismo de noções tão reduzidas aos detalhes últimos que, possivelmente, já não mais permitem uma visão especificamente sociológica de ver que mergulham na análise bio-psicológica do comportamento individual. O rigor metodológico exige, e só assim pode ser eficaz, exatidão na interpretação mas não pode dispensar a análise prévia do objeto (Ibid., p. 77-78).

Crítica interessante e que de modo sabidamente anacrônico, poderia ser voltada às desmedidas do *rational choice* contemporâneo e seus dilemas envoltos em certa manhas ultrarracionalistas, as quais beiram o seu contrário: a metafísica do solipsista. Contrariamente a isto, Machado pensa que o ponto de vista da sociologia é essencial ao próprio entendimento da política, com efeito, a ciência política deveria, na verdade, passar a ser vista como sociologia política, um ramo sociológico especial, dentre outros. Porém, ela deveria permanecer em um plano estritamente científico e não prático, como já sugeriu Marcel Mauss em seu artigo “Divisions et proportions des divisions de la sociologie”, publicado em 1927 no famoso *L'Année Sociologique*. Com isso em mente, poder-se-ia entender melhor as relações que terá com as demais ramificações.

Recebendo contribuições da sociologia geral e das demais sociologia especiais, é necessário notar que a sociologia política possui uma capacidade peculiar de reação a cada uma dessas disciplinas cognatas. Esta sociologia especial, ao tratar das estruturas superiores de ação humana em sociedade, poderá alcançar conhecimentos essenciais não somente às sociologias particulares, que receberão da sociologia política explicações sobre fenômenos de controle, inexplicáveis por si sós, mas também e principalmente à sociologia geral a qual poderia ter uma compreensão mais aprofundada dos fatos ligados à interação de vários fenômenos específicos e sobre a organização social. Mesmo assim, manterá sua especificidade, pois:

[p]artindo do estudo de fatos cuja especificidade já comentamos à sociedade, e mantendo uma maneira particular de encarar os fatos de ordem geral, o mesmo acontecerá em relação aos grupos e às instituições. Certas etapas inferiores das sociedades apresentam fórmulas que à primeira vista poderiam parecer a negação mesma da possibilidade de qualquer estudo político; à sociologia política incumbe, contudo, apontar nestas formas não-diferenciadas traços que denotam a existência da função política malgrado a indiferenciação do órgão. Também nos grupos humanos, quando tomados em seus aspectos materiais, há sempre nuances políticas que podem ser distinguidas por uma análise mais detalhada. Ninguém julgará inexistente uma função política no sincretismo da sociedade totêmica, como ninguém tomará o grupo demográfico como a exata expressão do grupo nacional. São exemplos da existência dum ponto de vista peculiar à especialização política da sociologia, cuja necessidade e eficiência são evidentes (Ibid., p. 87).

Nesse bojo, Machado inspirando-se em esquema anterior de ensino forjado por Arbousse-Bastide, propõe uma organização outra para a pesquisa política e seu ensino – materializando-se, em certo sentido, na proposta pedagógica e de pesquisa presentes no item 1.3 deste texto<sup>16</sup>. Em primeiro lugar, dever-se-ia estudar tudo aquilo que dissesse respeito à caracterização do fato político entre os demais fatos sociais, sem deixar de lado as interferências destes últimos naqueles. Nas duas etapas consequentes seria necessário estudar as formas assumidas pelo fato político na vida social e dos seus movimentos e, finalmente, um estudo evolutivo dos tipos históricos, atuais e primitivos do complexo político. Esquemmatizando, seguindo algo que Machado mesmo faz (Ibid., p. 91):

- I – O FATO POLÍTICO.
  - 1 – Caracteres.
  - 2 – Especificidades. As interferências materiais e espirituais.
- II – FORMAS E PROCESSOS POLÍTICOS
  - 1 – Instituições, regimes e ideologias.
  - 2 – Equilíbrios políticos.
  - 3 – Função dos fenômenos políticos no complexo social.
- III – EVOLUÇÃO DOS TIPOS POLÍTICOS.
  - 1 – Tipos primitivos, históricos e contemporâneos.  
Ensaio de classificação.
  - 2 – Evolução das instituições e dos regimes políticos.  
Ensaio de interpretação sociológica.

Recapitulando o que havia anteriormente exposto, Machado ao final de seu doutorado passa a retomar alguns lineamentos os quais considera essenciais para um estudo científico da política. Primeiramente, há a necessidade de o estudo científico abandonar progressivamente o estágio primitivo baseado na plano da ação e encaminhar-se para um plano científico baseado na causalidade do político e seu, por assim dizer, determinismo, de maneira que poder-se-ia abandonar qualquer noções de proveniência não-indutiva. Em segundo lugar, apesar de ausência de uma metodologia definida e precisa, a conquista do conhecimento do político deve se processar num sentido indutivo e realizada principalmente pelo método comparativo. Como terceiro elemento, pode-se notar uma tendência contraditória neste campo de estudo, pois enquanto esforços por tornar sociológico o campo do político encaminham-se para o abandono

---

<sup>16</sup> “Todo o campo de estudo de velhas disciplinas, como a teoria do Estado e a história das ideias e das instituições políticas, sem que estes conhecimentos desapareçam ou percam suas funções, torna-se suscetível duma interpretação sociológica. Indiferente ao que se arrogam de conhecimento as construções ideais e as suas consequências normativas, a sociologia política reconhece-lhes a necessidade e função através dos tempos e transforma em objeto de estudo essas construções, destinadas a motivar e justificar a ação política como representações responsáveis pelo aparecimento e sustentação das instituições. Portanto, também aqueles produtos de uma cultura espiritual caem sob o processo cognoscitivo. A ação, as ideias que a acompanham ou motivam as instituições estruturadas, ou processos de renovação e conservação, tudo quanto o homem origina pela prática material ou pela ação espiritual e se destina ao reforçamento da ordem social natural e espontânea, é objeto de estudo da sociologia ou – agora podemos afirmar a superioridade da nova denominação – da sociologia política” (Ibid., p. 107).

da especificidade do objeto, os esforços para apanhar a especificidade dos fatos políticos levam a um abandono provisório das interpretações que tentam estabelecer um critério de causalidade sociológico. Por conseguinte, a harmonização deste movimento contraditório das tendências modernas apenas se completará na medida em que se juntar à análise puramente formal, importante contudo não suficiente, a análise do conteúdo das inter-relações políticas. O quarto termo no processo expositivo de Machado retoma a ideia de sociologia política, uma sociologia especial, como o campo dedicado ao estudo do conjunto de fatos, relações, estruturas e processos componentes da vida política das sociedades; de modo que a extensão do seu objeto, tocando a generalidade de outros fenômenos especiais, justifica relações de imbricamento com todas as outras sociologias especiais e coloca a sociologia política em plano privilegiado quanto às contribuições que pode efetuar para a sociologia geral, com a qual jamais se confunde.

Em resumo, os conhecimentos do político iam assumindo, conforme as pesquisas da Machado apontavam, um caráter acentuado de conhecimento determinista, que leva a construção de uma ciência do político distinta pelo objeto das demais ciências, porém igual a elas em objetividade e positividade. Porém, dada a natureza substancialmente social de seu objeto encaminha-a para um terreno específico de conhecimentos sociológicos, aplicando-se, como sociologia política, a uma ordem de fenômenos que podem ser caracterizados como imposição duma vontade a outro e que devem ser interpretados por suas causas e consequências sociais.

### 3 – Considerações finais.

A partir do que fora exposto nestas notas de leitura e pesquisa, é interessante notar um entendimento do que seria a pesquisa política ou se quisermos sobre ciência política, destoante da noção hoje hegemônica, assentada no *rational choice* e suas figurações, no quantitativismo e na autonomia total da política frente à outras esferas e searas da vida, ao modo da cultura, da economia e da sociedade em geral (Cf. FORJAZ, 1997) (KEINERT e SILVA, 2010). Sugestivo notar também que a própria trajetória e formação intelectual de Lourival Gomes Machado também dissonam bastante da especialização colocada como necessária ao exercício da ciência política atualmente, mostrando uma amplitude crítica e intelectual que abarcava as artes plásticas, a teoria e filosofia política, o exercício da crítica imanente em relação à cultura e as ciências sociais em geral, enriquecendo a sua experiência intelectual.

Dito isto, é possível formular uma crítica a visão anacrônica e retrospectiva do modo de fazer uma ciência política hoje hegemônica em relação ao passado desta disciplina, visto que,

contrariando o que os autores partícipes desta argumentam (Cf. FORJAZ, 1997; KEINERT e SILVA, 2010): i) a ciência política feita anteriormente a eles, ao menos no caso uspiano aqui estudado, não padece de um estruturalismo o qual relegaria o político ao plano do epifenômeno ou algo do gênero; ii) não seria uma barafunda metodológica ou mesmo epistemológico, mas sim possuinte apenas de um projeto distinto do almejado pela neoinstitucionalismo e seus pressupostos – o qual de possibilidade no campo das ideias, portanto passível de crítica e negação, passa a ser vista como prática necessária e única no campo científico, caso este queira honrar o adjetivo; iii) há, ao que estas notas indicam, certa ilusão biográfica (BOURDIEU, 1986) – utilizada aqui em sentido um tanto livre - quando atores deste processo dizem construir a ciência política no Brasil, como se fosse o desbravamento ou algo do zero, sem reconhecer que se constituía ali uma visão específica do que é ciência política, a qual fora alçada à condição de hegemônica.

Porém, de modo mais direto: o que Machado, sua trajetória e sua seriação intelectual poderia nos ser útil para pensar a ciência política feita nos dias de hoje? Apesar da aparente radicalidade de se colocar a ciência política como sociologia política, isto é com componente especial da sociologia em geral, Machado chama atenção para a ideia que a política de modo geral e seu estudo em particular, apesar de sua especificidade, não pode abrir mão da relação com outras, por assim dizer, esferas da vida. Sob pena de haver uma especialização acentuada o suficiente para que não se veja o político como fazendo parte de sua totalidade social e histórica, demasiada complexificada e essencialmente mutável. Cujo resultado poderia levar a uma perda de eficácia dos estudos políticos em relação ao real e até mesmo uma crise quanto à possibilidade de se pensar o seu objeto de estudo particular.

Evidentemente, estas não são impressões de ordem pessoal e sim algo já discutido tanto no Brasil, como fora dele. Como exemplo internacional, podemos lembrar algumas reflexões de Giovanni Sartori, destacado cientista político e uma figura de suma importância para a constituição da atual concepção da ciência política, para quem este campo científico encontra-se em grave crise, devido à sua especialização quantitativista chegando à quase irrelevância (SARTORI, 2004). No Brasil, por sua vez, a questão fora chave no último encontro (XI) da Associação brasileira de Ciência Política e ganhou expressão sugestiva no texto “Para entender o Golpe” do cientista política Luis Felipe Miguel (2016). Neste, grosso modo, o autor crítica a moldura atual da ciência social em questão, a qual não permitiria abranger o conflito social e a realidade de modo mais amplo, tanto é que o Golpe parlamentar desferido na legítima ex-presidenta Dilma Rousseff, não fora nem antevisto e nem parcamente compreendido pelos

estudos políticos principalmente em sua moldura *mainstream*. Desta feita, não seria descabido apreender em algumas lições de Machado - as quais precisariam serem melhor buriladas e passadas pelo crivo da crítica e do que depois fora discutido no campo das ciências sociais, é claro – sobre a complexidade da ligação entre os estudos políticos e as ciências humanas, uma proximidade com recentes críticas à ciência política e sua especialização demasiadamente acentuada.

### **Referências bibliográficas.**

ANDRADE, Oswald de. **Ponta de lança**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. (Obras completas).

ANDRADE, Oswald de. Bilhete sobre fantasia. **Sopro**: panfleto político-cultural, Desterro, v. 1, n. 17, p.3-4, dez. 2019.

ARANTES, Paulo Eduardo. **Um departamento francês de ultramar**: estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana (uma experiência dos anos 60). São Paulo: Editora Paz e Terra, 1994.

ARBOUSSE-BASTIDE, Paul. O Brasil, os índios e finalmente a USP. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 26 fev. 1978. Folhetim, p. 8-9.

BOURDIEU, Pierre. L'illusion biographique. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**. [S.I.], v. 62-63, p. 69-72, jun. 1986.

CANDIDO, Antonio. **Teresina etc**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2007.

CANDIDO, Antonio. Digressão sentimental sobre Oswald de Andrade. In: CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2011. p. 35-65.

CANDIDO, Antonio. Informe político. In: CALIL, Carlos Augusto; MACHADO, Maria Teresa. **Paulo Emilio**: Um intelectual na linha de frente. São Paulo: Embrafilme; Brasiliense, 1986. p. 55-72.

CANDIDO, Antonio. Plataforma da nova geração. In: CANDIDO, Antonio. **Textos de intervenção**: seleção, apresentação e notas de Vinicius Dantas. São Paulo: Editora 34, 2002. p. 237-251.

CARLOTTO, Maria Caraméz. **Universitas semper reformanda?: Universitas semper reformanda?.** 2014. 570 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

CORDEIRO, Denilson Soares. **A formação do discernimento: Jean Maugué e a gênese de uma experiência filosófica no Brasil**. 2008. 212 f. Tese (Doutorado) - Curso de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

COSTA, João Cruz. **Contribuição à História das idéias no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

FERNANDES, Ana Cândida Franceschini de Avelar. **Por uma arte brasileira: modernismo, barroco e abstração expressiva na crítica de Lourival Gomes Machado**. 2012. 355 f. Tese (Doutorado) - Curso de Artes Visuais, Artes Visuais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

FERREIRA, Oliveiros S.. Introdução. In: MACHADO, Lourival Gomes. **Tomás Antonio Gonzaga e o Direito Natural**. São Paulo: Edusp, 2002. p. 9-19.

FERREIRA, Oliveiros S.. Lourival Gomes Machado. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 8, n. 22, p.279-284, dez. 1994. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40141994000300035>.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. A emergência da Ciência Política acadêmica no Brasil: aspectos institucionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s.l.], v. 12, n. 35, p.1-22, out. 1997. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69091997000300007>.

GOMES, Paulo Emilio Salles. Comentário. In: CALIL, Carlos Augusto; MACHADO, Maria Teresa. **Paulo Emilio: Um intelectual na linha de frente**. São Paulo: Embrafilme; Brasiliense, 1986. p. 75-82.

GOMES, Paulo Emilio Salles. Declaração. In: CALIL, Carlos Augusto; MACHADO, Maria Teresa. **Paulo Emilio: Um intelectual na linha de frente**. São Paulo: Embrafilme; Brasiliense, 1986. p. 72-75.

HECKER, Alexandre. **O socialismo sociável: história da esquerda democrática em São Paulo (1947-1965)**. São Paulo: Unesp, 1998.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; VIEIRA, Margarida Luiza de Matos. **Semeando a democracia: a trajetória do socialismo democrático no Brasil**. Contagem: Palesa, 1995.

HECKER, Alexandre. **O socialismo sociável: história da esquerda democrática em São Paulo (1947-1965)**. São Paulo: Unesp, 1998.

KANT, Immanuel. **Lógica**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.

KEINERT, Fábio Cardoso; SILVA, Dimitri Pinheiro. A gênese da ciência política Brasileira. **Tempo Social**, [s.l.], v. 22, n. 1, p.79-98, jun. 2010. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-20702010000100005>.

MACHADO, Lourival Gomes. **A política de Jean-Jacques Rousseau; Homem e sociedade na teoria política de Jean-Jacques Rousseau**. São Paulo: Martins Fontes; Edusp, 1968.

MACHADO, Lourival Gomes. **Alguns aspectos atuais do problema do método, objeto e divisões da ciência política**. São Paulo: [s.i.], 1943. (Boletim XXXI da FFCL - USP; Boletim I da cadeira de Política da FFCL).

MACHADO, Lourival Gomes. **Barroco Mineiro**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

MACHADO, Lourival Gomes. **Retrato da arte moderna do Brasil**. São Paulo: Departamento de Cultura, 1947.

MACHADO, Lourival Gomes. **Tomás Antonio Gonzaga e o Direito Natural**. São Paulo: Edusp, 2002.

MASSI, Fernanda Peixoto. **Estrangeiros no Brasil**: a missão francesa na Universidade de São Paulo. 1991. 283 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia, Antropologia, Universidade de Campinas, Campinas, 1991.

MELLO, Astrogildo Rodrigues de. Os primórdios da faculdade de filosofia, ciências e letras da Universidade de São Paulo. **Revista de História**, São Paulo, v. 1, n. 103, p.717-722, set. 1975.

MIGUEL, Luis Felipe. Para entender o Golpe. **Blog da Boitempo**. São Paulo, p. 1-12. Não é um mês valido! 2016. Disponível em: . Acesso em: 01 fev. 2018.

PONTES, Heloisa. **Destinos Mistos**: os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940 - 1968). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

QUIRINO, Célia. Departamento de Ciência Política. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 8, n. 22, p.337-348, dez. 1994. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40141994000300043>.

ROMERO, Silvio. **A filosofia no Brasil**: ensaio crítico. Porto Alegre: Typhographia da Deutsche Zeitung, 1878. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01616400#page/5/mode/1up>>. Acesso em: 01 jan. 2018.

SARTORI, Giovanni. Where Is Political Science Going? **Ps: Political Science and Politics**, [s.i.], v. 37, n. 4, p.785-787, Oct. 2004.

SCHWARTZMAN, Sirmon. **Formação da comunidade científica no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Finep, 1979.

SOUZA, Gilda de Mello e. **Exercícios de leitura**. São Paulo: Editora 34, 2008.